

ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Maria José de Lima ¹

Dr. Severino Cesário de Lima ²

RESUMO

A gestão orçamentária e financeira dos municípios brasileiros vem passando por um processo de aprimoramento desde o ano 2000 com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse contexto, avaliar a condição financeira dos entes governamentais, especialmente os pequenos municípios, é extremamente importante para identificar problemas financeiros e equacioná-los tempestivamente. Nessa direção, o presente estudo buscou investigar os aspectos financeiros dos pequenos municípios do Estado do Rio Grande do Norte por meio de uma metodologia de mensuração da condição financeira voltada à avaliação dos governos locais de pequeno porte com população até 10.000 habitantes. Aplicando-se a técnica do *Ten-Point Test of Financial Condition* ou técnica dos 10 indicadores da condição financeira, desenvolvida por Brown (1993), foram mensurados indicadores financeiros a partir de dados contábeis dos municípios disponíveis na base de dados do FINBRA, mantida pela STN. Os resultados apontaram que do grupo de municípios com população até 5.000 habitantes (municípios vilas), Venha-ver apresentou a pior condição financeira e apenas João Dias e Bodó apresentaram a melhor condição financeira. Quanto ao grupo de municípios de 5.000 a 10.000 habitantes (municípios pequenos), Cruzeta apresentou a pior condição financeira e Itajá, Severiano Melo, Serrinha, Sítio Novo e Várzea alcançaram a melhor condição financeira. A grande parte dos municípios analisados apresenta uma condição financeira mediana ou melhor que a maioria. Os resultados revelaram, também, que a maior parte dos municípios é dependente de recursos provenientes de transferências intergovernamentais e que a cobertura dos gastos operacionais é insatisfatória. Em suma, a situação de instabilidade financeira encontrada nos pequenos governos locais do RN é fruto da baixa capacidade fiscal que dificulta a sustentabilidade financeira de longo prazo.

Palavras Chaves: Contabilidade Governamental. Gestão Financeira. Condição Financeira Governamental.

¹ Pós-Graduada no Curso de Auditoria Governamental da UNIRN – limajnatal@hotmail.com

² Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis da UFRN – cesario@ufrnet.br.

ABSTRACT

The budgetary and financial management of municipalities has been undergoing by a process of improvement since 2000 with the enactment of the Fiscal Responsibility Law (FRL). In this context, assessing the financial condition of the governmental entities, especially small municipalities, it's extremely important to identify financial problems and solve them timely. In this direction, the present study aimed to investigate the financial aspects of the small municipalities of the State of Rio Grande do Norte (RN) through a methodology for measuring the financial condition facing the assessment of small local governments with populations up to 10,000 inhabitants. Applying the technique of the Ten-Point Test of Financial Condition or technique of 10 indicators of financial condition, developed by Brown (1993), were measured indicators of financial accounting data of the municipalities available on FINBRA database maintained by STN. The results showed that the group of municipalities with up to 5,000 inhabitants (municipal towns), Venha-Ver had the worst financial condition and only João Dias and Bodó had the best financial condition. Regarding the group of municipalities of 5,000 to 10,000 inhabitants (small towns), Cruzeta presented the worst financial condition and Itajá, Severiano Melo, Serrinha, Sítio Novo and Várzea achieved better financial condition. Most of the municipalities analyzed had average financial condition or better than most. The results also revealed that most municipalities is dependent on resources from intergovernmental transfers and cover operating expenses is unsatisfactory. In short, the financial instability found in small local governments of RN is the result of the low fiscal capacity that stickles long-term financial sustainability.

Key-words: Governmental Accounting. Financial Management. Governmental Financial Condition.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública dos municípios vem passando por um processo de aprimoramento de gestão orçamentária e financeira desde o ano 2000 com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Anteriormente a esse marco legal os gestores realizavam, exclusivamente, o controle dos gastos públicos sem, contudo, conferir a atenção devida às receitas que dão cobertura aos gastos essenciais dos governos.

O grande marco regulatório trazido pela LRF, que dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade fiscal, estabelece no seu artigo 1º uma conduta responsável dos gestores, exigindo uma condução dos recursos públicos de forma planejada, econômica e financeiramente equilibrada. Com isso, esse marco legal exige que os entes públicos operem com condição financeira saudável para poder oferecer com eficiência os serviços públicos essenciais à comunidade.

Nesse sentido, faz-se necessário que os gestores, na fase de planejamento das ações governamentais, avaliem a condição financeira da entidade para permitir a alocação adequada de recursos públicos à consecução dessas ações.

Manter a saúde financeira dos governos locais constitui-se em um importante desafio para que os gestores públicos forneçam, de forma adequada e ininterrupta, diferentes tipos de serviços para satisfazer as necessidades e garantir o bem estar da comunidade. Assim, uma condição financeira saudável deve ser um dos objetivos, senão o principal, a ser perseguido pelos governantes, no intuito de realizar suas funções essenciais de educação, segurança, assistência social, saúde e saneamento básico; atender suas necessidades de investimentos em bens de infraestrutura; cumprir, devidamente, com as obrigações financeiras de curto prazo e realizar os pagamentos dos serviços da dívida.

Ante o exposto, o presente estudo objetivou investigar os aspectos financeiros dos pequenos municípios do Estado do Rio Grande do Norte por meio de uma metodologia de mensuração da condição financeira voltada à avaliação dos governos locais de pequeno porte.

Investigações dessa natureza devem ser desenvolvidas por meio da mensuração de vários indicadores de natureza econômica e financeira que quando analisados de forma sistêmica oferecem informações sobre a condição financeira das entidades governamentais.

Contudo, um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos municípios diz respeito à capacidade dos gestores em lidar com elementos que atestem a condição financeira, seja por falta de treinamento, seja por falta de apoio oferecido pelos governos estaduais e federal. Este problema não se restringe apenas ao Brasil, mas, também, a outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, Simonsen *et al.* (2001) aponta que os pequenos municípios enfrentam problemas de gerenciamento financeiro por falta de gestores capacitados em finanças governamentais ou por ausência de dedicação integral às atividades financeiras do governo local. Isso ocorre, segundo afirmam Honadle e Lloyd-Jones (1998), devido ao isolamento em que se encontram estes municípios do governo federal e do governo estadual.

Visando a diminuir essas dificuldades, foram desenvolvidos alguns estudos para diagnosticar a condição financeira de pequenos e médios municípios, com destaque para os trabalhos de Brown (1993); Alter, McLaughlin e Melniker (1995); Groves e Valente (2003); e Kleine, Kloha e Weissert (2005).

Assim, para atingir ao objetivo do presente estudo, adotou-se o modelo de Brown (1993) como referencial para diagnosticar a condição financeira dos pequenos municípios do Rio Grande do Norte.

O trabalho está dividido em 5 seções. Na primeira seção apresenta-se a contextualização e o objetivo do estudo. Na segunda seção apresenta-se a

fundamentação teórica. Na seção 3 discutem-se os procedimentos metodológicos do estudo. Na seção 4 apresentam-se os resultados do estudo. Finalmente, na última seção apresentam-se as conclusões do trabalho.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Condição Financeira

O exame da condição financeira dos governos locais despertou interesse dos acadêmicos na década de 70 quando foram divulgadas informações sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas cidades de New York e Cleveland nos Estados Unidos. Entretanto, nas décadas de 70 e 80 poucas medidas de monitoramento foram adotadas. Somente na década de 90 que vários Estados americanos aplicaram medidas mais enérgicas para monitorar a situação fiscal dos governos locais quando observaram que as cidades de Miami, Pittsburgh e Philadelphia apresentavam dificuldades financeiras (KLOHA *et al.* 2005, p. 313).

Nesse sentido, Clark (1994, p. 27) declara que a história dos problemas fiscais nas cidades vem desde a depressão de 1930, mas que somente alcançou destaque na década de 70 com a crise financeira de Nova York que surpreendeu e chocou muitos observadores. O autor assinala ainda que há vinte anos atrás ninguém falava de tensão fiscal, mas atualmente esse fenômeno é a preocupação central das cidades americanas. A partir de então, muitos estudos acadêmicos foram desenvolvidos no sentido de produzir modelos e indicadores de mensuração da condição financeira governamental.

A relevância que foi atribuída ao estudo da condição financeira dos governos ao longo dos anos 80, 90 e 2000 fez surgir na literatura várias denominações para caracterizá-la, tais como: **saúde financeira** (*financial health*), **saúde fiscal** (*fiscal health*), **bem estar financeiro** (*financial well-being*), **solvência** (*solvency*), **resistência financeira** (*financial strength*), **tensão fiscal** (*fiscal stress*), **tensão financeira** (*financial strain*), **crise fiscal** (*fiscal crisis*),

dificuldade fiscal (*fiscal distress*), **emergência fiscal** (*fiscal emergency*), **emergência financeira** (*financial emergency*), **capacidade fiscal** (*fiscal capacity*), **viabilidade financeira** (*viabilidad financiera*).

Afinal, o que é condição financeira? Tradicionalmente, a condição financeira é entendida como a capacidade de um governo em continuar a fornecer serviços à comunidade e atender suas obrigações, tão logo exigidas (GASB, 1987, p.14). Ao reforçar esse conceito tradicional da condição financeira, formulado pelo GASB, Berne (1992, p. 17) apresenta o seguinte posicionamento:

A definição da condição financeira consistente com o GASB e com os pronunciamentos conceituais do NCGA é a probabilidade que um governo satisfaça suas obrigações financeiras para com credores, consumidores, empregados, contribuintes, fornecedores, eleitores, dentre outros, tão logo elas sejam reclamadas, bem como a obrigação de prestar serviços a seus eleitores, tanto no presente quanto no futuro³.

Nessa mesma linha de entendimento, Miller (2001, p.1) assinala que a “condição financeira deve ser definida como o equilíbrio entre recursos financeiros de curto e longo prazo e obrigações financeiras de curto e longo prazo”.⁴ Contudo, a definição desenvolvida por Groves e Valente (2003, p. 2) apresenta-se mais completa:

Condição financeira pode ser amplamente definida como uma capacidade dos governos locais em financiar seus serviços em uma base contínua. Mais especificamente, condição financeira refere-se à capacidade dos governantes para (1) manter o nível de serviços existentes, (2) resistir a rupturas na economia local e regional e (3) atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança.⁵

Esse conceito revela que um governo com uma boa condição financeira mantém o nível de serviços existentes, apresenta aptidão para enfrentar

³ A definition of financial condition consistent with the GASB and NCGA Concepts Statements is the probability that a government will meet both its financial obligations to creditors, consumers, employees, taxpayers, suppliers, constituents, and others as they became due and its service obligations to constituents, both currently and in the future.

⁴ Financial condition may be defined as the balance of long term and current financial resources and long term and current financial commitments.

⁵ “Financial condition can be broadly defined as a local government’s ability to finance its service on a continuing basis. More specifically, financial condition refers to a government’s ability to (1) maintain existing service levels, (2) withstand local and regional economic disruptions, and (3) meet the demands of natural growth, decline, and change”.

pressões por gastos públicos e, acima de tudo, tem capacidade para enfrentar crises financeiras e recessões, mantendo o equilíbrio financeiro.

2.2 Modelo de Brown de Mensuração da Condição Financeira

O modelo de mensuração da condição financeira desenvolvido por Brown (1993), denominado de “Teste dos Dez Pontos da Condição Financeira (*Ten-Point Test of Financial Condition*)”, contém um conjunto de 10 indicadores enfocando os principais determinantes da condição financeira: receitas, despesas, estrutura de endividamento e posição operacional. Consiste em um método simples de operacionalização por requerer a mensuração de indicadores básicos, cujos dados na sua totalidade estão disponíveis nas demonstrações contábeis.

O teste de Brown (1993) é destinado à avaliação da condição financeira de curto prazo para pequenos municípios como uma fotografia em determinado momento do tempo, consistindo dos seguintes passos:

1. **cálculo dos indicadores:** o primeiro passo consiste em calcular os 10 indicadores para cada município em análise com base nas informações coletadas das demonstrações contábeis.
2. **atribuição de notas a cada município:** nesse passo o analista precisa organizar os indicadores calculados em uma ordem - do maior para o menor ou do menor para o maior - de acordo com uma classificação atribuída pelo analista segundo o valor preferido para cada um dos indicadores, como por exemplo, o resultado preferido para o indicador de endividamento é “quanto menor melhor”, assim esse indicador deverá ter seus valores organizados do “maior para o menor”; o resultado preferido para o indicador de receita é “quanto maior melhor”, dessa forma os valores encontrados para esse indicador devem ser organizados do “menor para o maior”.

Essa organização permitir a identificação de valores de corte com base no cálculo de quartis de modo que o 1º quartil vai até o percentil 25; o 2º quartil inicia-se logo após o percentil 25 até o percentil 50; o 3º quartil inicia-se logo após o percentil 50 até o percentil 75; e o 4º quartil fica representado acima do percentil 75.

3. **Atribuição de nota a condição financeira do município:** a organização dos dados em quartis permite ao analista estabelecer valores de corte, possibilitando a atribuição de uma nota ao município em análise, tendo por base os seguintes *scores*:

- *Score* -1 para indicadores do quartil 1 (valores abaixo do percentil 25);
- *Score* 0 para indicadores do quartil 2 (valores entre os percentis 25 e 50);
- *Score* +1 para indicadores do quartil 3 (valores entre os percentis 50 e 75);
- *Score* +2 para indicadores do quartil 4 (valores acima do percentil 75).

Assim, se um município que tem sua condição financeira avaliada posicionar todos os seus 10 indicadores no quartil 3 obterá um *score* positivo de 10 pontos. Por outro lado, se esse mesmo município posicionar todos os seus 10 indicadores no quartil 1 obterá um *score* negativo de 10 pontos.

O quadro abaixo apresenta os 10 indicadores utilizados no modelo de Brown (1993) para medir a condição financeira. O modelo assume que os 10 indicadores têm o mesmo grau de importância, pois, sem essa suposição os *scores* atribuídos deveriam estar associados a um peso que representasse o grau de importância de cada indicador.

Quadro 1 - Indicadores da condição financeira do modelo de Brown

Indicador		Resultado Esperado
Descrição	Fórmula	
Receita <i>per capita</i>	$\frac{\text{Receita total}}{\text{População}}$	Quanto melhor maior
Representatividade da Receita própria	$\frac{\text{Receita corrente total menos Transferências correntes}}{\text{Receita total}}$	Quanto melhor maior
Participação das Receitas de transferências	$\frac{\text{Receita de transferências correntes}}{\text{Receita total}}$	Quanto melhor menor
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Despesa corrente}}{\text{Despesa total}}$	Quanto melhor menor
Cobertura de despesas	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$	Quanto melhor maior
Recursos para cobertura de queda de arrecadação	$\frac{\text{Superávit Financeiro}}{\text{Receita total}}$	Quanto melhor maior
Recursos para cobertura de obrigações de CP	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Obrigações correntes}}$	Quanto melhor maior
Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de CP	$\frac{\text{Obrigações de CP}}{\text{Receitas Corrente Líquida}}$	Quanto melhor menor
Dívida <i>per capita</i>	$\frac{\text{Dívida Consolidada}}{\text{População}}$	Quanto melhor menor
Comprometimento das receitas correntes com o endividamento	$\frac{\text{Dívida Consolidada}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Quanto melhor menor

FONTE: ADAPTADO DE BROWN (1993)

O quadro abaixo mostra um exemplo, desenvolvido por Brown (1993), para ilustrar a aplicação do modelo de avaliação da condição financeira de um pequeno município. Os *scores* foram atribuídos comparando o valor dos indicadores calculados para o município em análise com o respectivo valor de corte do quartil em que está posicionado. Vale lembrar que o valor de corte para cada um dos quartis foi encontrado mediante análise de dados de todos os municípios similares que compuseram uma amostra. Assim, para o indicador receita *per capita* foram encontrados os seguintes pontos de corte (Q1 = \$714 ou mais, Q2 = \$ 714 a \$532, Q3 = \$532 a \$429 e Q4 = \$429 ou menos), logo o valor desse indicador (\$445) para o município em análise será posicionado no quartil 3, obtendo o *score* +1. Por fim, a soma dos *scores* de

todos os indicadores representa o score geral da condição financeira do município em análise.

Quadro 2 - Exemplo de aplicação do modelo de Brown

Indicadores	Valor Obtido	Quartil1	Quartil2	Quartil3	Quartil4	Score
<u>Receita total</u> População	\$445	-1	0	+1	+2	+1
Receita corrente total menos <u>Transf. Correntes</u> Receita total	89,9%	-1	0	+1	+2	+1
<u>Receita de transferências</u> <u>Correntes</u> Receita total	6,59%	-1	0	+1	+2	-1
<u>Despesa corrente</u> Despesa total	80,5%	-1	0	+1	+2	+1
<u>Receita total</u> Despesa total	1,04	-1	0	+1	+2	+2
<u>Superávit Financeiro</u> Receita total	0,26	-1	0	+1	+2	+1
<u>Disponibilidades</u> Obrigações correntes	1,97	-1	0	+1	+2	+1
<u>Obrigações de CP</u> RCL	0,15	-1	0	+1	+2	0
<u>Dívida Consolidada</u> População	\$182	-1	0	+1	+2	0
<u>Dívida Consolidada</u> RCL	0,17	-1	0	+1	+2	-1
Score da condição financeira do município em análise						+5

FONTE: ADAPTADO DE BROWN (1993)

Para possibilitar a avaliação geral da condição financeira, Brown (1993) estabeleceu a seguinte escala relativa:

Tabela 1 - Escala de avaliação da condição financeira	
Score Geral	Condição Financeira
10 ou mais	Entre as melhores
5 a 9	Melhor que a maioria
1 a 4	Na média
0 a -4	Pior que a maioria
-5 ou menos	Entre as piores

FONTE: BROWN (1993)

Assim, como o município em análise obteve um score +5, conclui-se que ele apresenta uma condição financeira melhor que a maioria dos municípios da amostra.

1. Procedimentos Metodológicos

A problemática delineada neste estudo exige uma abordagem quantitativa com o emprego da abordagem empírico-analítica, uma vez que a coleta, o tratamento e a análise de dados foram realizados com o emprego de métodos da estatística descritiva, especificamente o cálculo de medidas de posição.

Conforme exposto, o modelo de Brown (1993) busca classificar um pequeno município em relação aos demais integrantes de um grupo segundo o grau da condição financeira encontrada mediante a mensuração de 10 indicadores de receitas, despesas, estrutura de endividamento e posição operacional.

Assim, para identificar os elementos de análise desse estudo, os municípios do Rio Grande do Norte foram organizados e classificados por faixa populacional, segundo as categorias do quadro abaixo.

Quadro 3 - Categorias de Municípios por Faixa Populacional

Faixas	Identificação	População
1	Vila/Pequeno	até 5.000
2	Pequeno	entre 5.001 e 10.000
3	Pequeno/Médio	entre 10.001 e 20.000
4	Médio	entre 20.001 e 50.000
5	Médio/Grande	entre 50.001 e 100.000
6	Grande	entre 100.001 e 500.000
7	Grande/Metrópole	acima de 500.000

FONTE: VICENTE (2003, p. 57)

Com base no censo populacional de 2010 desenvolvido pelo IBGE e considerando as categorias de municípios por faixa populacional, conforme demonstrado no quadro 3, os municípios pequenos do RN, com até 10.000 habitantes, foram organizados e classificados da forma apresentada no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Relação dos Municípios Pequenos do RN com base no Censo de 2010

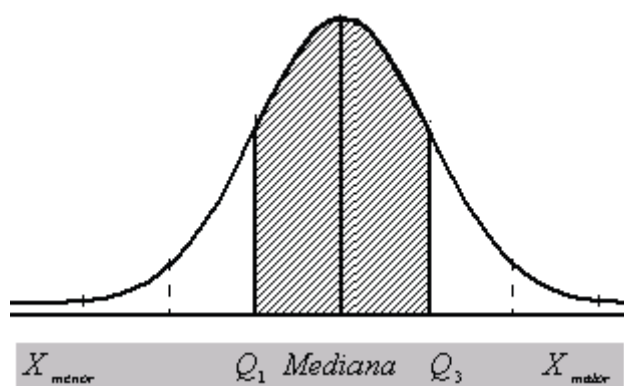
Municípios Vilas – até 5.000 hab		Municípios Pequenos – de 5.000 a 10.000 hab	
Água Nova	Pedra Grande	Almino Afonso	Lagoa Salgada
Barcelona	Pedra Preta	Antônio Martins	Marcelino Vieira
Bodó	Pilões	Augusto Severo	Martins
Caiçara do Rio do Vento	Rafael Fernandes	Baía Formosa	Maxaranguape
Coronel João Pessoa	Rafael Godeiro	Bento Fernandes	Ouro Branco
Fernando Pedroza	Riacho da Cruz	Bom Jesus	Pedro Avelino
Francisco Dantas	Riacho de Santana	Caiçara do Norte	Portalegre
Frutuoso Gomes	Rodolfo Fernandes	Carnaúba dos Dantas	Presidente Juscelino
Galinhas	Ruy Barbosa	Carnaubais	Pureza
Ipueira	Santa Maria	Coronel Ezequiel	Riachuelo
João Dias	Santana do Seridó	Cruzeta	São João do Sabugi
Jundiá	São Bento do Norte	Doutor Severiano	São Miguel do Gostoso
Lagoa de Velhos	São Bento do Trairí	Encanto	São Pedro
Lajes Pintadas	São Fernando	Equador	São Rafael
Lucrécia	São José do Seridó	Florânia	São Vicente
Major Sales	Senador Georgino Avelino	Grossos	Senador Elói de Souza
Messias Targino	Serrinha dos Pintos	Itajá	Serra de São Bento
Monte das Gameleiras	Taboleiro Grande	Itaú	Serra do Mel
Olho-d'Água do Borges	Timbaúba dos Batistas	Jaçanã	Serra Negra do Norte
Paraná	Triunfo Potiguar	Jandaíra	Serrinha
Parazinho	Venha-Ver	Janduís	Severiano Melo
Passagem	Viçosa	Januário Cicco	Sítio Novo
	Vila Flor	Japi	Tenente Ananias
		José da Penha	Tenente Laurentino
		Lagoa d'Anta	Cruz
		Lagoa de Pedras	Várzea

Em seguida, foram aplicadas as três fases do modelo de Brown (1993) para avaliar a condição financeira dos municípios da seguinte forma:

1. cálculo dos 10 indicadores financeiros com base nos dados contidos no relatório financeiro anual das cidades disponíveis no sistema Finanças do Brasil (FINBRA) publicados no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os Apêndices I, II mostram os resultados dos indicadores abaixo para cada categoria de municípios.

- Receita *per capita* - *RECper*
- Representatividade da Receita própria - *repreRP*
- Participação das Receitas de transferências - *partRT*
- Participação dos gastos operacionais - *partGP*
- Cobertura de despesas - *coberDESP*
- Recursos para cobertura de queda de arrecadação - *coberQA*
- Recursos para cobertura de obrigações de CP - *coberOCP*
- Comprometimento das receitas correntes com obrigações de CP - *compRCOCP*
- Dívida *per capita* - *DIVper*
- Comprometimento das receitas correntes com o endividamento - *compRCDIV*

2. cálculo das medidas de posição em forma de quartis dos indicadores de cada município na forma da figura a seguir. Essas medidas foram calculadas com o uso do *software* estatístico SPSS 16.0.



Os Apêndices I, II mostram os percentis 25 (quartil 1), percentil 50 (quartil 2 ou mediana) e percentil 75 (quartil 3) para cada indicador do modelo.

3. Com base nos quartis encontrados para cada indicador na fase anterior foi atribuído uma nota para cada município da seguinte forma:

- 1 para indicadores com valores no quartil 1 (valores abaixo do percentil 25);

- 0 para indicadores com valores no quartil 2 (valores entre os percentis 25 e 50);
- +1 para indicadores com valores no quartil 3 (valores entre os percentis 50 e 75);
- +2 para indicadores com valores no quartil 4 (valores acima do percentil 75).

Somando-se as notas atribuídas aos 10 indicadores for possível obter os *scores* dos municípios. As notas atribuídas aos indicadores e os respectivos *scores* para cada município estão evidenciados nos Apêndices I, II.

4. Análise dos Resultados

De acordo com a metodologia exposta por Brown (1993), um município que obtém para cada indicador a situação mais favorável consegue obter o máximo de 20 pontos. Por outro lado, um município que apresentar o pior resultado consegue obter -10 pontos. A tabela 1 contém a escala de avaliação da condição financeira com base na quantidade de pontos obtida por cada município.

Assim, após a mensuração dos 10 indicadores para cada município objeto do presente estudo foi possível atribuir notas e concluir sobre a condição financeira, como segue.

Na categoria de municípios vilas, ou seja, com população até 5.000 habitantes, os governos locais que apresentaram a melhor condição financeira foram João Dias (12 pontos) e Bodó (10 pontos) e o governo local com pior condição financeira é Venha-Ver com 5 pontos negativos. 22 municípios apresentaram condição financeira melhor que a maioria com *scores* variando de 5 a 9; 12 municípios apresentaram condição financeira mediana com *scores* entre 1 a 4; e 8 municípios com condição financeira pior que a maioria com *scores* variando de 0 a -3.

Na categoria de municípios pequenos, ou seja, com população entre 5.000 e 10.000 habitantes, os governos locais que apresentaram a melhor condição financeira foram Itajá (13 pontos), Severiano Melo (11 pontos), Serrinha (10 pontos), Sítio Novo (10 pontos) e Várzea (10 pontos). Cruzeta foi o município com a pior condição financeira com -6 pontos de desempenho. 13 municípios apresentaram condição financeira melhor que a maioria com *scores* variando de 5 a 8; 21 municípios apresentaram condição financeira mediana com *scores* entre 1 a 4; e 11 municípios com condição financeira pior que a maioria com *scores* variando de 0 a -4.

Diante dessas evidências, observa-se que de 45 municípios vilas, 4% tem a melhor condição financeira, 49% tem condição financeira melhor que a maioria, 27% tem condição financeira mediana, 18% tem condição financeira pior que a maioria e apenas 2% tem a pior condição financeira. Em contraponto, dos 51 municípios pequenos, 10% tem a melhor condição financeira, 25% tem condição financeira melhor que a maioria, 41% tem condição financeira mediana, 22% tem condição financeira pior que a maioria e apenas 2% tem a pior condição financeira.

Os Apêndices I e II permitem avaliar cada município individualmente, bem como identificar quais indicadores financeiros precisam ser gerenciados adequadamente com o objetivo de melhorar a condição financeira do município.

Observa-se que o indicador que mais produziu *scores* negativos foi a participação das receitas de transferências (partRT). Isso revela a dependência financeira dos pequenos municípios a recursos provenientes de outras esferas governamentais. Adicionalmente, nota-se que o indicador de participação dos gastos operacionais (partGP) contribuiu para a redução do *score* geral de cada município, demonstrando que os recursos arrecadados não são suficientes para atender aos gastos operacionais da maior parte dos pequenos governos locais, além de contribuir com parcela inexpressiva para a realização de investimentos.

5. Conclusões

Ante a realidade constatada, destaca-se que a maioria dos municípios sofre pressões financeiras visto que se verificou alto grau de dependência financeira a transferências intergovernamentais. Ademais, os recursos arrecadados pelos pequenos governos locais são insuficientes para financiar a integralidade dos gastos operacionais e promover os investimentos necessários.

Essa situação de instabilidade financeira provoca baixa condição financeira dos governos locais e, por conseguinte, dificulta a sustentabilidade financeira de longo prazo. Nesse sentido, a análise realizada nesse estudo revela que poucos municípios do Rio Grande do Norte com população até 10.000 habitantes detêm condição financeira satisfatória. A grande parte encontra-se em uma posição mediana ou melhor que a maioria.

Esse problema ocorre em função de um ambiente financeiro de instabilidade em que as cidades brasileiras estão inseridas. Assim, é extremamente importante que os gestores avaliem a condição financeira da sua cidade continuamente visando a corrigir rumos e a se prepararem para enfrentar crises financeiras.

REFERÊNCIAS

- ALTER, Theodore R.; McCLAUGHLIN, Diane K.; MELNIKER, Nancy, E..
Analyzing local government fiscal capacity. Penn State Cooperative Extension. p. 1-10. 1995.
- BERNE, Robert. ***The relationships between financial reporting and the measurement of financial condition.*** Norwalk: GASB, 1992.
- BROWN, Ken W. *The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities.* **Government Finance Review.** v. 9, n. 6, p. 21. December, 1993.
- CLARK, Terry Nichols. *Municipal fiscal strain indicators and causes.* **Government Finance Review,** v. 10, n. 3, p. 27-31. June 1994.
- GASB - Governmental Accounting Standard Board. ***Concept statement nº 1: objectives of financial reporting.*** Stamford, Connecticut, 1987.
- GROVES, Sanford; VALENTE, Godsey. ***Evaluating financial condition: a handbook for local government.*** 4.ed. Revisado por Karls Nollenberger. Washington: The International City/County Management Association-ICMA, 2003.
- HONADLE, Beth Walter; LLOYD-JONES, Mary. *Analyzing rural local governments' financial condition: an exploratory application of three tolls.* **Public Budgeting & Finance.** v.18, n.2, Summer 1998.
- KLOHA, Philip; WEISSERT, Carol S.; KLEINE, Robert. *Developing and Testing a Composite Model to Predict Local Fiscal Distress.* **Public Administration Review.** v. 65, n. 3, p. 313-323, May/June, 2005.
- MILLER, Gerald. ***Fiscal health in New Jersey's largest cities.*** Cornwall Center Publications Series. Department of Public Administration Faculty of Arts and Sciences. June 2001.
- SIMONSEN, Bill; ROBBINS; Mark, D.; HELGERSON, Lee. *The influence of jurisdiction size and sale type on municipal bond interest rates: an empirical analysis.* **Public Administration Review.** v. 61, n. 6, p. 709-717, Nov/Dec 2001.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Modelo para avaliação do risco de crédito de municípios brasileiros**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Apêndice I – Indicadores e Scores dos Municípios Pequenos com População até 5.000 Habitantes (Municípios Vilas)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RECper		repreRP		partRT		partGP		coberDESP		coberQA		coberOCP		compRCO CP		DIVper		compRCDIV		Score
João Dias	2.824	2892,21	2	0,02	-1	0,88	2	0,88	2	0,95	-1	0,06	2	18,97	2	0,00	2	0,00	1	0,00	1	12
Bodó	2.592	2760,14	2	0,06	1	0,93	1	0,97	-1	1,09	2	0,05	2	1,91	2	0,06	0	215,76	0	0,13	1	10
Galinhos	2.264	3742,89	2	0,04	0	0,90	2	0,93	0	1,04	1	0,00	0	1,25	1	0,02	1	0,00	1	0,00	1	9
Messias Targino	3.923	2063,79	1	0,06	1	0,94	0	0,95	-1	1,08	2	0,02	1	2,97	2	0,01	2	193,69	0	0,13	1	9
Rafael Godeiro	3.251	2127,53	1	0,03	-1	0,93	1	0,80	2	1,53	2	0,10	2	61,21	2	0,00	2	516,34	-1	0,19	-1	9
Riacho da Cruz	3.165	2117,98	1	0,06	1	0,94	0	0,95	-1	1,03	1	0,07	2	2,33	2	0,03	1	0,00	1	0,00	1	9
São Bento do Trairi	3.875	1913,27	0	0,04	0	0,92	1	0,89	1	0,96	-1	0,04	2	5,96	2	0,01	2	0,00	1	0,00	1	9
São Fernando	3.505	2131,70	1	0,04	0	0,86	2	0,83	2	1,12	2	0,00	0	1,00	0	0,07	0	0,00	1	0,00	1	9
Passagem	2.703	2269,37	1	0,05	1	0,92	1	0,93	0	1,00	1	0,04	2	0,00	-1	0,00	2	188,78	0	0,11	1	8
São Bento do Norte	3.658	1786,13	0	0,06	1	0,91	1	0,90	1	0,97	-1	0,06	2	2,44	2	0,05	1	161,00	0	0,09	1	8
São José do Seridó	4.066	1676,47	0	0,05	1	0,96	-1	0,91	1	0,97	-1	0,09	2	9,85	2	0,01	2	0,00	1	0,00	1	8
Timbaúba dos Batistas	2.380	2544,73	2	0,16	2	0,94	0	0,97	-1	1,00	1	0,01	1	1,14	1	0,06	0	0,00	1	0,00	1	8
Fernando	2.994	1991,55	1	0,03	-1	0,93	1	0,93	0	0,98	0	0,04	2	1,74	1	0,05	1	0,00	1	0,00	1	7
Ipueira	2.115	2477,55	2	0,08	2	0,97	-1	0,97	-1	0,99	0	0,01	1	1,19	1	0,03	1	0,00	1	0,00	1	7
Parazinho	4.977	1799,49	0	0,10	2	0,83	2	0,80	2	1,04	1	-0,15	-1	0,42	0	0,30	-1	0,00	1	0,00	1	7
Rafael Senador	4.797	1247,10	-1	0,07	2	0,89	2	0,96	-1	0,97	-1	0,02	1	2,70	2	0,02	1	0,00	1	0,00	1	7
Georgino	3.854	1933,35	0	0,04	0	0,78	2	0,80	2	1,08	2	-0,14	-1	0,65	0	0,50	-1	0,00	1	0,00	1	6
Jundiá	3.663	1731,28	0	0,05	1	0,94	0	0,91	1	0,98	0	0,02	1	1,26	1	0,06	0	165,90	0	0,09	1	5
Monte das Gameleiras	2.449	2500,98	2	0,05	1	0,97	-1	0,95	-1	0,99	0	0,02	1	1,35	1	0,04	1	18,76	0	0,01	1	5
Paraná	4.039	1587,37	-1	0,03	-1	0,96	-1	0,83	2	0,94	-1	0,01	1	4,02	2	0,00	2	0,00	1	0,00	1	5
Ruy Barbosa	3.730	2040,12	1	0,06	1	0,95	-1	0,96	-1	1,00	1	0,01	1	0,00	-1	0,00	2	0,00	1	0,00	1	5
Serrinha dos Taboleiros	4.504	1603,05	-1	0,04	0	0,94	0	0,84	2	1,08	2	0,05	2	1,77	2	0,07	0	417,57	-1	0,23	-1	5
Viçosa	2.380	2565,26	2	0,05	1	0,86	2	0,90	1	0,95	-1	0,01	1	1,09	1	0,09	0	677,73	-1	0,40	-1	5
Rodolfo	1.856	3297,45	2	0,03	-1	0,93	1	0,94	0	0,98	0	0,00	0	1,17	1	0,02	1	188,49	0	0,09	1	5
Barcelona	4.724	1578,42	-1	0,07	2	0,82	2	0,88	2	1,02	1	-0,24	-1	0,08	-1	0,27	-1	216,25	0	0,14	1	4
Caicara do Rio do Vento	4.042	1608,61	-1	0,06	1	0,83	2	0,80	2	0,99	0	-0,28	-1	0,15	-1	0,38	-1	0,00	1	0,00	1	3
Francisco	3.185	2332,40	2	0,03	-1	0,96	-1	0,97	-1	1,13	2	0,00	0	1,13	1	0,01	2	916,06	-1	0,39	-1	2
Lagoa de Velhos	3.008	1838,18	0	0,07	2	0,92	1	0,93	0	0,97	-1	0,00	0	1,02	1	0,05	1	493,11	-1	0,32	-1	2
Coronel João Pessoa	2.789	2208,52	1	0,07	2	0,95	-1	0,86	2	0,84	-1	-0,04	-1	0,27	-1	0,23	-1	0,00	1	0,00	1	2
Frutuoso Gomes	4.993	1640,45	-1	0,02	-1	0,92	1	0,95	-1	1,11	2	0,00	0	1,00	0	0,38	-1	0,00	1	0,00	1	1
Lajes Pintadas	4.468	1567,61	-1	0,03	-1	0,89	2	0,92	0	1,02	1	-0,08	-1	0,24	-1	0,11	0	0,00	1	0,00	1	1
Lucrécia	4.309	1555,17	-1	0,02	-1	0,95	-1	0,93	0	1,35	2	0,00	0	0,90	0	0,04	1	0,03	0	0,00	1	1
Riacho de	3.550	1745,96	0	0,08	2	0,94	0	0,97	-1	0,99	0	-0,03	-1	0,08	-1	0,03	1	211,25	0	0,17	1	1
Triunfo Potiguar	4.437	1523,36	-1	0,05	1	0,93	1	0,92	0	1,02	1	0,03	1	0,35	0	0,11	0	615,37	-1	0,31	-1	1
Vila Flor	3.327	2451,86	2	0,04	0	0,91	1	0,89	1	0,87	-1	-0,27	-1	0,11	-1	0,31	-1	1,70	0	0,00	1	1
Olho-d'Água do Borges	2.745	2237,71	1	0,05	1	0,98	-1	0,97	-1	0,99	0	-0,03	-1	0,78	0	0,12	0	0,00	1	0,00	1	1
Água Nova	4.578	1555,56	-1	0,08	2	0,95	-1	0,97	-1	0,95	-1	0,02	1	1,18	1	0,13	-1	112,61	0	0,07	1	0
Pedra Grande	2.952	2042,30	1	0,02	-1	0,98	-1	0,94	0	1,02	1	-0,30	-1	0,24	-1	0,40	-1	0,00	1	0,00	1	-1
Pedra Preta	4.027	1833,88	0	0,03	-1	0,95	-1	0,75	2	0,95	-1	-0,15	-1	0,47	0	0,28	-1	0,00	1	0,00	1	-1
Pilões	2.718	2330,28	2	0,04	0	0,89	2	0,90	1	0,97	-1	-0,09	-1	0,31	-1	0,13	-1	456,60	-1	0,22	-1	-1
Santana do Seridó	3.535	1835,90	0	0,04	0	0,94	0	0,96	-1	1,10	2	-0,03	-1	0,71	0	0,10	0	577,47	-1	0,32	-1	-2
Major Sales	2.858	2038,59	1	0,04	0	0,96	-1	0,92	0	0,94	-1	0,02	1	0,61	0	0,11	0	738,25	-1	0,36	-1	-2
Santa Maria	3.631	1731,87	0	0,03	-1	0,96	-1	0,89	1	1,00	1	-0,05	-1	0,36	0	0,09	0	1251,72	-1	0,58	-1	-3
Venha-Ver	4.915	1439,97	-1	0,02	-1	0,95	-1	0,94	0	0,96	-1	-0,04	-1	0,46	0	0,07	0	0,00	1	0,00	1	-3
Média	3.612	1932,66	0	0,04	0	0,96	-1	0,89	1	0,93	-1	-0,06	-1	0,17	-1	0,08	0	310,67	-1	0,18	-1	-5
Desvio padrão	3.510	2040,66		0,05		0,92		0,91		1,02		-0,03		3,04		0,11		192,11		0,10		
percentil 25	837	494,12		0,25		0,04		0,06		0,11		0,10		9,41		0,13		292,48		0,14		
percentil 50	2.806	1658,46		0,03		0,95		0,95		0,97		-0,05		0,33		0,13		263,46		0,18		
percentil 75	3.550	1933,35		0,04		0,94		0,92		0,99		0,00		1,00		0,06		0,03		0,00		
	4.054	2299,82		0,06		0,91		0,89		1,04		0,03		1,76		0,02		0,00		0,00		

Apêndice II - Indicadores e Scores dos Municípios Pequenos com População de 5.000 até 10.000 Habitantes

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RECper		repreRP		partRT		partGP		coberDESP		coberQA		coberOCP		comprCOCP		DIVper		compRCDIV		score
Itajá	6.629	1251,71	1	0,10	2	0,87	2	0,73	2	0,93	-1	0,25	2	2,69	2	0,03	1	0,00	1	0,00	1	13
Severiano Melo	5.224	1617,63	2	0,23	2	0,82	2	0,96	-1	1,12	2	-0,05	0	1,05	1	0,06	1	52,76	1	0,03	1	11
Serrinha	6.885	1289,68	1	0,05	1	0,94	0	0,86	2	1,05	2	0,09	2	0,37	-1	0,01	1	0,00	1	0,00	1	10
Sítio Novo	5.471	1598,60	2	0,03	-1	0,91	1	0,75	2	1,01	1	0,10	2	1,00	1	0,10	0	0,00	1	0,00	1	10
Várzea	5.475	1178,40	0	0,09	2	0,96	-1	0,92	0	1,63	2	0,06	2	3,82	2	0,07	1	0,00	1	0,00	1	10
Janduís	5.562	1518,13	2	0,17	2	0,75	2	0,93	0	1,03	1	0,05	2	0,51	0	0,04	1	506,77	-1	0,41	-1	8
Almino Afonso	5.071	1469,94	2	0,04	0	0,93	0	0,94	0	1,03	1	0,07	2	0,68	0	0,09	0	0,00	1	0,00	1	7
Carnaúba dos Dantas	7.083	1204,43	0	0,08	2	0,94	0	0,88	1	1,04	2	0,04	1	0,27	-1	0,11	0	0,00	1	0,00	1	7
Equador	6.084	1255,45	1	0,05	1	0,89	1	0,71	2	1,00	0	-0,03	0	0,43	0	0,11	0	106,52	1	0,09	1	7
Lagoa de Pedras	7.282	1178,41	0	0,08	2	0,89	1	0,97	-1	1,04	2	0,03	1	2,17	2	0,10	0	314,05	0	0,29	0	7
Caicara do Norte	6.652	1037,42	-1	0,09	2	0,76	2	0,91	1	0,99	0	-0,01	0	0,24	-1	0,07	1	0,00	1	0,00	1	6
Doutor Severiano	6.616	1565,27	2	0,10	2	0,95	0	0,95	-1	1,03	1	-0,16	-1	0,52	0	0,02	1	0,00	1	0,00	1	6
Portalegre	7.082	1170,15	0	0,06	2	0,94	0	0,86	2	0,91	-1	0,03	1	1,95	2	0,11	0	136,06	0	0,14	0	6
Tenente Laurentino Cruz	5.369	1498,38	2	0,03	-1	0,88	2	0,90	1	0,98	0	0,10	2	0,06	-1	0,01	1	289,96	0	0,21	0	6
Bento Fernandes	5.199	1484,31	2	0,07	2	0,94	0	0,85	2	0,97	0	-0,11	-1	1,08	1	0,05	1	1315,39	-1	1,10	-1	5
Lagoa Salgada	7.449	1226,18	0	0,03	-1	0,91	1	0,95	-1	1,05	2	-0,03	0	0,88	1	0,08	1	0,00	1	0,00	1	5
Pureza	8.415	1191,47	0	0,04	0	0,84	2	0,96	-1	0,99	0	-0,15	-1	3,82	2	0,08	1	0,00	1	0,00	1	5
Senador Elói de Souza	6.201	1218,12	0	0,04	0	0,90	1	0,89	1	1,02	1	0,00	0	0,20	-1	0,06	1	20,27	1	0,02	1	5
Antônio Martins	7.245	1482,43	2	0,04	0	0,88	2	0,86	2	0,90	-1	-0,03	0	0,67	0	0,07	1	459,66	-1	0,38	-1	4
Riachuelo	7.171	1193,97	0	0,03	-1	0,93	0	0,95	-1	1,12	2	0,00	0	1,43	1	0,07	1	0,00	1	0,00	1	4
Serra Negra do Norte	7.428	1285,08	1	0,04	0	0,94	0	0,89	1	0,94	-1	0,02	1	1,09	1	0,07	1	171,61	0	0,16	0	4
Bom Jesus	8.725	1058,51	-1	0,03	-1	0,88	2	0,83	2	1,16	2	-0,11	-1	1,03	1	0,38	-1	292,41	0	0,24	0	3
Florânia	8.487	850,46	-1	0,04	0	0,95	0	0,92	0	0,91	-1	0,05	2	1,21	1	0,11	0	0,00	1	0,00	1	3
Jandaíra	6.688	1270,08	1	0,07	2	0,94	0	0,95	-1	1,01	1	-0,29	-1	0,38	0	0,28	-1	127,31	1	0,10	1	3
Januário Cicco	8.629	1236,34	0	0,04	0	0,92	0	0,86	2	0,97	0	0,01	1	0,24	-1	0,02	1	253,40	0	0,18	0	3
José da Penha	6.177	1399,65	1	0,06	2	0,96	-1	0,98	-1	1,03	1	0,00	0	0,82	0	0,06	1	309,73	0	0,29	0	3
Marcelino Vieira	8.331	1022,62	-1	0,03	-1	0,96	-1	0,88	1	1,01	1	-0,03	0	3,33	2	0,12	0	0,00	1	0,00	1	3
Pedro Avelino	7.559	1164,43	-1	0,01	-1	0,90	1	0,86	2	1,03	1	-0,21	-1	0,57	0	0,11	0	26,36	1	0,02	1	3
Presidente Juscelino	8.703	1219,13	0	0,02	-1	0,96	-1	0,92	0	1,02	1	-0,26	-1	6,50	2	0,04	1	0,00	1	0,00	1	3
São João do Sabugi	5.953	1114,91	-1	0,03	-1	0,99	-1	0,89	1	0,98	0	0,03	1	2,03	2	0,13	0	0,00	1	0,00	1	3
São Vicente	6.023	1239,64	0	0,04	0	0,94	0	0,74	2	1,02	1	0,00	0	2,81	2	0,09	0	575,84	-1	0,50	-1	3
Lagoa d'Anta	6.164	1374,45	1	0,04	0	0,80	2	0,93	0	0,96	-1	-0,11	-1	71,38	2	0,04	1	570,66	-1	0,49	-1	2
Martins	8.386	952,37	-1	0,04	0	0,89	1	0,96	-1	0,96	-1	0,10	2	0,29	-1	0,00	1	0,00	1	0,00	1	2
Serra de São Bento	5.973	1070,74	-1	0,04	0	0,90	1	0,97	-1	0,97	0	-0,15	-1	1,26	1	0,08	1	115,27	1	0,10	1	2
Serra do Mel	9.627	1962,48	2	0,03	-1	0,97	-1	0,89	1	1,02	1	0,11	2	0,21	-1	0,19	-1	258,73	0	0,20	0	2
Grossos	9.886	1381,02	1	0,04	0	0,97	-1	0,93	0	1,13	2	0,00	0	0,23	-1	0,13	0	298,16	0	0,25	0	1
Jaçaná	8.045	1285,01	1	0,03	-1	0,97	-1	0,89	1	0,75	-1	0,00	0	0,58	0	0,10	0	0,00	1	0,00	1	1
Ouro Branco	5.166	1242,85	1	0,03	-1	0,80	2	0,97	-1	0,91	-1	-0,04	0	1,90	2	0,28	-1	209,19	0	0,17	0	1
São Rafael	8.357	1043,24	-1	0,03	-1	0,90	1	0,92	0	0,94	-1	-0,34	-1	1,23	1	0,05	1	0,00	1	0,00	1	1
Carnaubais	9.712	1501,85	2	0,04	0	0,97	-1	0,90	1	0,99	0	-0,06	-1	8,13	2	0,14	-1	714,67	-1	0,50	-1	0
Encanto	5.365	1463,49	2	0,04	0	0,92	0	0,93	0	1,05	2	-0,05	0	0,30	-1	0,45	-1	318,22	-1	0,31	-1	0
Maxaranguape	9.371	1435,18	1	0,04	0	0,91	1	0,97	-1	0,98	0	0,04	1	1,05	1	0,34	-1	328,00	-1	0,32	-1	0
São Miguel do Gostoso	9.240	1259,99	1	0,04	0	0,96	-1	0,97	-1	1,00	0	0,02	1	1,05	1	0,24	-1	305,60	0	0,29	0	0
Tenente Ananias	9.655	911,20	-1	0,04	0	0,97	-1	0,95	-1	0,83	-1	0,05	2	1,38	1	0,29	-1	65,41	1	0,04	1	0
Augusto Severo	9.203	996,64	-1	0,03	-1	0,94	0	0,94	0	1,08	2	-0,05	0	0,46	0	0,18	-1	131,87	0	0,12	0	-1
Coronel Ezequiel	5.399	1300,43	1	0,04	0	0,82	2	0,96	-1	0,93	-1	0,00	0	0,67	0	0,20	-1	467,75	-1	0,40	-1	-2
Itaú	5.999	1198,48	0	0,03	-1	0,89	1	0,91	1	0,88	-1	0,04	1	0,42	0	0,20	-1	721,57	-1	0,61	-1	-2
Baía Formosa	8.811	1483,14	2	0,05	1	0,96	-1	0,93	0	0,91	-1	-0,08	-1	0,21	-1	0,09	0	450,02	-1	0,38	-1	-3
Japi	5.693	1199,00	0	0,03	-1	0,92	0	0,95	-1	1,01	1	-0,04	0	0,20	-1	0,01	1	360,37	-1	0,36	-1	-3
São Pedro	6.590	1156,22	-1	0,04	0	0,90	1	0,93	0	0,98	0	-0,06	-1	0,16	-1	0,12	0	446,52	-1	0,37	-1	-4
Cruzeta	8.029	1068,06	-1	0,03	-1	0,97	-1	0,94	0	0,96	-1	-0,24	-1	0,46	0	0,20	-1	304,75	0	0,27	0	-6
Média	7.167	1270,13		0,05		0,91		0,91		1,00		-0,03		2,66		0,12		216,17		0,18		
Desvio padrão	1.454	206,40		0,04		0,06		0,63		0,12		0,11		9,94		0,10		260,45		0,22		
Percentil 25	5.973	1164,43		0,03		0,96		0,95		0,96		-0,06		0,37		0,14		318,22		0,31		
Percentil 50	7.082	1239,64		0,04		0,92		0,92		1,00		0,00		0,82		0,09		131,87		0,12		
percentil 75	8.415	1435,18		0,05		0,89		0,88		1,03		0,04		1,43		0,06		0,00		0,00		